

# **As ameaças à segurança e o seu impacto na economia: o papel preventivo do SIS**

31MAI16

1. É para mim um grande prazer e uma honra encontrar-me aqui com representantes de um importante sector da economia nacional. Agradeço, portanto, o convite da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve, ao Clube dos Rotários do Algarve e à Universidade do Algarve, representada pela Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo, a quem desde já agradeço esta oportunidade de poder partilhar convosco algumas ideias reflexões.
2. Aproveitarei esta oportunidade para caracterizar a natureza da ameaça terrorista que impende sobre o nosso país, a missão e ação do SIS em matéria de contra terrorismo, isto é, o trabalho diário que realizamos na protecção no nosso sistema de direitos e liberdades, e, não menos importante, o papel relevante que cada um de vós – empresários e agentes económicos – pode ter na deteção, prevenção e mitigação da ameaça.

3. É um trabalho preventivo, e, portanto, pela sua própria natureza será sempre imperfeito e inacabado, perante algumas ameaças de que vos falarei, mas também discreto e não público, porque essa é a natureza da nossa missão e da profissão que escolhemos, conscientes de que essa é uma componente essencial do serviço que prestamos a Portugal.
  
4. Desejo deixar-vos algumas notas, também, sobre o impacto do terrorismo na economia e, em concreto, sobre o setor do turismo. Não apenas das consequências económicas imediatas, considerando as perdas de vidas humanas e patrimoniais, os custos de reconstrução, as indemnizações das companhias de seguros, os custos da desvalorização nas bolsas de valores, a baixa de consumo privado, mas também os investimentos necessários com o reforço das medidas de defesa, segurança e proteção, desviados de outros setores que poderiam ser mais produtivos.
  
5. É hoje claro que uma boa Economia é condição de sobrevivência do estado, do bem-estar das populações e do exercício das liberdades. Assim, refletir sobre o impacto das diversas ameaças securitárias que impendem sobre a economia e os agentes económicos é um

exercício necessário para melhor identificar e avaliar as vulnerabilidades específicas do tecido económico do país.

6. A prática de ações ilícitas, hostis ou violentas em território nacional, caso não sejam previstas, identificadas e mitigadas, pode traduzir-se em impactos relevantes sobre a economia e em alterações ou distorções económicas. Enumero, apenas algumas, mas sobretudo aquelas que dizem respeito à segurança interna e que afetam particularmente as condições de desenvolvimento económico e de segurança do nosso modo de viver em sociedade.
7. Refiro-me, em primeiro lugar, à ação do crime organizado transnacional, nas suas várias vertentes e facetas, que procura infiltrar e instrumentalizar o tecido económico como estratégia de diversificação dos seus mecanismos de branqueamento de capitais. Uma ameaça que se incrementou e mundializou através dos instrumentos da globalização, e que tem como objectivo primordial das suas actividades a minimização dos riscos e a maximização dos lucros.
8. Em segundo lugar a espionagem, entendida como a ação hostil de estados soberanos ou de entidades por si controladas, direta ou

indiretamente, que – através da recolha encoberta e ilegal, de informações sensíveis nos domínios económico, político, militar e tecnológico – buscam vantagens competitivas próprias, potencialmente lesivas para a economia e para o interesse nacional.

9. Nas últimas semanas, meio mundo, incluindo empresas e entidades portuguesas, foi afetado por ações do cibercrime, essa *nova* ameaça – difusa, complexa e sofisticada – que visam indiscriminadamente o Estado, a economia e os cidadãos e cuja ação pode gerar efeitos transversais efetivamente disruptivos.

10. Enumero, por fim, aquela que é, de momento, a ameaça mais relevante; atrevo-me a dizer a mais perigosa, a mais complexa, a mais global e a mais difícil de combater, que impende sobre os países da União Europeia, a ameaça terrorista jihadista, como ficou tristemente demonstrado em Estocolmo, Londres, Berlim, Nice, Bruxelas, Paris e Manchester. O sentimento de insegurança que provoca, não é tanto por aquilo que acontece em determinado momento, mas pelo impacto psicológico e intimidação pela ameaça

de futuros ataques, fazendo-nos perder a ilusão de invulnerabilidade.

11. Segundo números estudados na “economia do terrorismo”, a política anti terrorista do governo espanhol contra a ETA tinha um custo aproximado de 700 milhões de euros anuais.

12. Com a diminuição dos atentados da ETA entre 2005 e 2010, evitaram-se prejuízos anuais no valor de 1.043 milhões de euros para a economia espanhola. E desde que a ETA terminou os seus atentados, curiosamente após a descoberta da base de Óbidos em 2010, reduziram-se os efetivos policiais afetos à proteção de personalidades, diminuiu a contratação de seguranças privados por parte do Ministério do Interior com uma poupança de cerca de 100 milhões de euros no ano de 2012, e reafectaram-se cerca de 1.800 agentes policiais a outras funções.

13. Os estudos sobre o impacto económico dos atentados de Madrid e Londres, em 2004 e 2005, respetivamente, revelam conclusões porventura surpreendentes: nos semestres subsequentes, o PIB daqueles países não só cresceu, como sofreu uma significativa

aceleração. Já no caso do 11 de setembro, o PIB americano sofreu uma contração inferior a 0,1%.

14. Os números parecem otimistas, mas devem ser lidos no seu contexto e no seu tempo específicos. A resiliência demonstrada pelas economias daqueles países explica-se primordialmente pelo facto de estas terem uma base ampla e diversificada, sem uma dependência estratégica de um setor em particular. E, principalmente, não podemos esquecer que estes atentados ocorreram num momento anterior à crise do *sub prime*, que fragilizou a economia global e num momento anterior às crises financeiras de vários países europeus. No caso português, também antes da *austeridade*, essa palavra que durante alguns anos foi indissociável do nosso quotidiano.

15. Mas, nos últimos 4 anos, as características da ameaça terrorista alteraram-se radicalmente:

a) Há um agravamento sério da ameaça terrorista na Europa, proveniente de uma multitude de agentes que podem atuar

isoladamente, e não através de uma organização identificada e conhecida.

b) Essa actuação é motivada ou inspirada pela propaganda difundida nas redes sociais, por ordens directas ou indirectas da estrutura de operações externas do estado islâmico ou por iniciativa pessoal.

c) Socorre-se de armas imprevisíveis, muitas vezes rudimentares, mas bem descritas na propaganda jihadista.

d) Assistimos a uma alteração estratégica da narrativa, da propaganda e da radicalização por parte das organizações terroristas. Os apelos constantes e permanentes são para o cometimento de atentados nos solos pátrios. E já não para deslocações para a Síria/Iraque. Essa é uma forma de ocultarem a perda de território, a outra é atentarem na Europa.

16. As consequências visíveis e imediatas dos atentados terroristas de hoje, para além da incerteza e insegurança geradas nas populações e do impacto na confiança dos consumidores, concretizam-se, entre outros efeitos, no aumento de gastos públicos em segurança e defesa, na queda da bolsa e na diminuição imediata

e visível de receitas e na entrada de turistas. A tendência é a de que a economia recupera e os efeitos não se mantêm por muito tempo, mas, o turismo é sempre, e de imediato, o setor económico mais afetado. Por exemplo, em 2011, o Egipto, com o turismo, obteve receitas de 13.000 milhões e em 2016 as receitas desceram para 8.000 milhões.

17. Com os atentados do Charlie Hebdo, em Paris, a 07 de janeiro de 2015, o negócio nas grandes superfícies sofreu uma queda entre 10 e 18% e no sector do turismo, que representa cerca de 8% do PIB de França, as reservas hoteleiras sofreram uma queda de 10%. Na região de Paris a diminuição de receitas foi de 750 milhões de euros no 1º semestre de 2016. O Tesouro francês estimou que os efeitos dos ataques terroristas custaram mais de 2.000 milhões de euros.

18. A Bélgica, com os últimos atentados, sofreu uma quebra de 760 milhões de euros de receitas fiscais, o desemprego temporário na restauração aumentou 22% e as reservas hoteleiras sofreram uma baixa de 22,1%. No dia dos atentados no aeroporto de Bruxelas, as ações das empresas de aviação e das empresas gestoras de aeroportos, desvalorizaram de imediato.



19. Falemos então do nosso presente. O boletim do Banco de Portugal, publicado no início de mês, deixa notas muito positivas: em 2016, o país melhorou o seu desempenho económico e o PIB cresceu 1,4%. O setor do turismo, parece ser, claramente, o *culpado* pelo bom desempenho do país. O dinamismo evidenciado está a servir de motor para o crescimento económico e para alavancar a economia nacional. Li ontem, que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa calculava o impacto deste sector, em Lisboa, em 6,3 mil milhões de euros

20. O auditório conhecerá melhor os números do que eu, mas, de facto, o crescimento das exportações dos serviços de turismo, que foi de 10,7% em relação a 2015, tem um impacto relevante no emprego e nas exportações e equilibra o saldo da balança de bens e serviços. O turismo representa mais de 48% das exportações de serviços e com 16,7% do total das exportações é o principal sector exportador de bens e serviços ou como titulava o semanário Expresso o “campeão nacional das exportações”.

21. Na verdade, Portugal está na moda e anda nas bocas do mundo. Colhe prémios e distinções, e não apenas no setor do turismo, facto que é propiciado pela beleza natural e o clima convidativo do nosso país, mas – não menos importante – também pelo investimento numa oferta de serviços diversificada, consolidada e de muito elevada qualidade.
22. Por exemplo, o relatório de competitividade do turismo de 2017, publicado pelo *World Economic Forum*, coloca Portugal no 14º lugar do *ranking*, num conjunto de 136 países. Dos diversos indicadores avaliados para a obtenção deste resultado, destaco aqueles em que Portugal obteve melhor classificação: infraestruturas de serviços turísticos – no qual conquistámos o quarto lugar do *ranking* –; e segurança, onde obtivemos o 11º lugar.
23. Também, de acordo com o Global Peace Index de 2016, Portugal é o 5º país mais seguro do mundo. De assinalar que Portugal subiu 9 lugares desde o ano anterior. E no Global Terrorism Index de 2016, Portugal surge em 126º lugar em 130 lugares possíveis.

24. Os terroristas não avaliam os seus atentados por critérios militares, mas sim pelo impacto psicológico, político e social dos seus atentados. Ora, a escolha de um destino turístico, mesmo que resulte da avaliação de critérios subjetivos, é, normalmente, uma decisão ponderada e racional, pelo que a segurança – ou a perceção de uma ideia de segurança – será sempre um fator determinante que condicionará a opção dos turistas.

25. De acordo com os dados do Global Terrorism Index de 2016, as receitas do turismo em França, em 2015, tiveram uma quebra de 1,7 mil milhões de euros, enquanto em Itália, país vizinho e no mesmo período, as receitas cresceram 4,9 mil milhões. O mesmo se passou na Tunísia com as receitas a descerem 1,3 mil milhões, após o atentado terrorista de JUN2015 que visou duas estâncias turísticas. Já em Marrocos as receitas cresceram 500 milhões. De acordo com o mesmo documento, o contributo do turismo para o PIB nos países sem ataques a turistas foi 2 vezes mais do que nos países com ataques que visaram o sector turístico.

26. Torna-se, por isso, absolutamente claro que o primeiro impacto de uma alteração ao ambiente de segurança em Portugal seria sentido, de forma imediata, no setor do turismo.

27. Mas quero tranquilizar-vos: ao contrário de outros países europeus, onde o grau de ameaça terrorista é mais elevado do que nunca, o SIS, a quem compete a avaliação da ameaça, mantém inalterada a sua avaliação no grau moderado, isto é, no grau quatro de uma escala que vai do grau cinco (o menos grave) até ao grau um (o mais elevado) e não há indícios que façam considerar a sua alteração.

28. Em Portugal, a ameaça terrorista, que é sobretudo proveniente da organização terrorista Estado Islâmico, mas sem esquecer a Al Qaeda, não tem uma dimensão comparável com a realidade de outros países europeus. De facto, para além do labor desenvolvido pelas forças e serviços de segurança, como é a boa articulação entre as forças e serviços de segurança no âmbito da UCAT e a partilha de informações permanente no âmbito da ameaça terrorista entre o SIS e a PJ, verificam-se algumas circunstâncias específicas que contribuem decisivamente para mitigar e desagravar a ameaça.

29. Temos uma comunidade muçulmana bem integrada, bem inserida na realidade sociocultural nacional, relativamente de reduzida dimensão, dialogante e que encara a radicalização como algo perturbador da própria comunidade; a existência de líderes religiosos e associativos moderados; a ausência da promoção ou prática de uma linha mais radical do islão; e, não menos importante, a inexistência de grupos ou organizações terroristas endógenas e as comunidades imigrantes bem inseridas e abrangidas por políticas públicas de integração.

30. Somos um país seguro! Todavia, avaliar a ameaça terrorista como *moderada* não significa que esta seja *inexistente*. Embora Portugal, nas atuais circunstâncias não seja um alvo remunerador para as organizações terroristas, vivemos uma situação que merece reflexão e prudência.

31. É do conhecimento público que existem cidadãos com nacionalidade portuguesa, ou luso descendentes, radicalizados fora de território nacional, que viajaram para a Síria para combater ao lado do Estado Islâmico. E que há cerca de dezena e meia de

crianças, em condições de solicitar a nacionalidade portuguesa, que diariamente convivem, em território palco do conflito jihadista, com a doutrina, ideologia e a desvalorização do conceito e valor da vida humana.

32. E é também do conhecimento público que foi já detetada a presença em Portugal de indivíduos associados ao Estado Islâmico, entretanto detidos noutros países europeus.

33. Por outro lado, a máquina de propaganda global construída pelo Estado Islâmico tem conseguido radicalizar e inspirar indivíduos para, em seu nome, realizarem ataques terroristas. Os processos de radicalização violenta, outrora mais lentos e faseados – e, por isso, mais facilmente detetáveis – ocorrem agora também *online*, em privado e, em muitas situações, completamente despercebidos mesmo dos familiares mais próximos. E Portugal, também não está ausente deste processo de radicalização, embora o seu número em Portugal seja insignificante.

34. Acompanhamos com preocupação a ameaça representada pelo eventual regresso de jihadistas europeus aos seus países, possuidores de intenso treino e experiência de armas adquiridos em combate. Não

desvalorizamos a ameaça do regresso que se pode colocar com a intensidade proporcional à perda de território por parte da organização terrorista Estado islâmico, mas também avaliamos que esse regresso não será tão dramático quanto se previa, uma vez que o conflito se vai prolongar naquela região por muito mais tempo. A queda de Raqqa não será em breve.

35. Por isso, apesar de ameaça terrorista em território nacional se situar no grau moderado, a natureza e alcance global das organizações terroristas e a presença de indivíduos radicalizados em solo europeu – um espaço sem fronteiras – são geradores de incertezas que têm necessariamente de ser antecipadas e mitigadas.

36. É esta a missão do SIS. Detetar precocemente potenciais ameaças terroristas. Identificar processos de radicalização violenta. Detetar indivíduos ou estruturas de recrutamento para organizações terroristas. Identificar a presença e atividades de redes terroristas, de redes de apoio logístico ou de fontes financiamento em território nacional. Em suma, produzir informações que contribuam para impedir a ocorrência de atentados terroristas em Portugal.

37. Por outro lado, é também competência exclusiva do SIS a avaliação da ameaça terrorista que impende sobre Portugal, de forma transversal, e em concreto sobre setores específicos, infraestruturas críticas ou grandes eventos.
38. Quando a ameaça terrorista sobre a Europa se agravou, compreendemos que era necessário uma abordagem diferente. As incertezas geradas pelo alcance e impacto global das organizações terroristas e, em particular, do Estado Islâmico poderiam traduzir-se – como infelizmente veio a acontecer em diversos países europeus –, em atentados.
39. Era preciso fazer mais e fazer diferente. Para combater uma ameaça que se transformou e evoluiu, o SIS teve igualmente de se transformar, de evoluir, de sensibilizar e partilhar informação sobre a ameaça terrorista com parceiros relevantes da sociedade civil, como são as empresas, nomeadamente do sector hoteleiro e turístico.
40. Criámos o projeto KRÍTIKA, em 2013, que complementa a missão exclusiva do SIS em matéria de avaliação de ameaça setorial com a realização de ações de sensibilização, em todo o país, junto dos



principais operadores de infraestruturas críticas, entidades reguladoras e associações de cada setor, como por exemplo, energia, aviação civil, abastecimento de água, segurança privada, entre outros. No caso do setor do turismo, têm sido realizadas ações destinadas à hotelaria, aos transportes urbanos e aos centros comerciais.

41. Em 2016, no âmbito deste projeto KRÍTIKA, foram realizadas um total de 44 ações para os diferentes setores que referi, tendo sido alcançadas cerca de 250 entidades, com impacto relevante junto das mesmas e com as quais partilhamos informação prática relevante.

42. Cada ação é construída tendo em mente as circunstâncias e necessidades concretas do setor alvo e compreendes três pontos fundamentais:

a) Em primeiro lugar, a avaliação da ameaça terrorista que impende sobre Portugal, incluindo fatores de mitigação e/ou de agravamento. Creio que este ponto é especialmente importante para que exista uma consciencialização de que – como referi – o facto de a ameaça terrorista no nosso país ser moderada, não significa que esta seja inexistente;

b) Em segundo lugar, a identificação das vulnerabilidades específicas de cada setor, passíveis de serem exploradas por agentes terroristas, um conhecimento que possibilita a sua mitigação ou resolução. Aliás, já tivemos *feed back* de vários operadores que procederam a alterações aos seus planos de segurança no sentido de ultrapassar as vulnerabilidades identificadas.

c) E, por fim, a descrição de um vasto conjunto de indicadores que possibilitam a deteção precoce de indícios de atividade terrorista. Estes indicadores – ferramentas concretas que podem ser utilizados pelas entidades – constituem um conhecimento de especial relevância porque permitem detetar atempadamente situações suspeitas, informar as autoridades competentes e, no limite, impedir a ocorrência de um atentado terrorista em Portugal.

43. Algumas palavras sobre como vemos o futuro da ameaça terrorista no curto-médio prazo:

a) Permanecerá difusa e com estruturas em permanente alteração;

- b) Não irá diminuir de intensidade e continuaremos a assistir a ataques casuísticos, inopinados, de baixa intensidade e sobre alvos com medidas securitárias reduzidas, de fácil acesso e com elevado público.
- c) Com uma radicalização muito rápida e com recurso a ataques de padrão solo ou com redes de pequena dimensão, inspirados na propaganda das redes sociais ou dirigidos, direta ou indirectamente, a partir da estrutura de operações externas do estado Islâmico.
- d) Continuaremos preocupados com o regresso à Europa dos jihadistas europeus, mas também com as comunicações encriptadas apelando ao cometimento de atentados, e que não se conseguem descriptar.

44. Devemos estar conscientes de que a segurança absoluta não existe. A resposta a este fenómeno, que ameaça o estado e a nossa forma de viver, deve ser dada através:

- a) Do aumento da cooperação nacional e internacional, em matéria judicial, policial e de informações e na partilha de informações;

- b) Da valorização das informações, porque os serviços de informações sempre foram e são uma ferramenta indispensável na luta contra o terrorismo;
- c) No desenvolvimento de programas de sensibilização na sociedade civil como um todo, englobando sectores como as autarquias locais, justiça, saúde, segurança social, forças e serviços de segurança, etc.;
- d) De um discurso que faça a contra narrativa, desmontando a alegada invencibilidade, a atractividade e as mentiras da propaganda jihadista;
- e) E de uma estratégia de longo prazo, responsável e mobilizadora da esperança dos cidadãos, porque apesar de o Estado Islâmico estar em perda territorial, a sua doutrina vai perdurar através das suas organizações afiliadas.

45. Não queria terminar sem vos deixar uma palavra acerca dos meios operacionais de que os serviços de informações dispõem em Portugal, nomeadamente no âmbito das comunicações. O art. 34º, nº4 da Constituição só permite a interferência nas comunicações com autorização de um juiz e no âmbito de um processo-crime.

46. Sem fazer outro tipo de considerações deixo algumas ideias como contributo de reflexão:

- a) Portugal é o único país na União Europeia onde os serviços de informações não têm qualquer acesso às comunicações, nem ao conteúdo nem aos dados de tráfego. O que faz de nós o ponto fraco da segurança interna europeia. Os outros países serão menos democráticos por permitirem esse acesso?
- b) A investigação criminal nos termos do art. 1º da Lei 49/2008, de 27 de Agosto “compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher provas, no âmbito do processo”. É, portanto, reativa e repressiva.
- c) O processo-crime destina-se à descoberta de um crime, dos seus autores e circunstâncias, garantindo para o efeito o respeito pelos direitos dos eventuais arguidos, através do juiz das liberdades.
- d) As informações têm por objectivo aportar conhecimento para se antecipar e permitir que o decisor tome decisões tendentes

a dissuadir ou neutralizar ameaças, riscos ou conflitos, que dizem respeito à segurança nacional, defesa da Constituição, da democracia e ao exercício das liberdades. Dizem respeito à sobrevivência do estado de direito constitucional.

e) Não podemos confundir prevenção da ameaça terrorista com prevenção e combate ao crime do terrorismo, pois as informações atuam na esfera imprecisa da ameaça terrorista, através de um labor que se desenvolve em silêncio e em coordenação.

47. Concluo a minha já longa intervenção, manifestando total a disponibilidade do SIS para colaborar com todas as entidades neste projeto, para partilhar informação e conhecimento que constitua uma mais-valia na proteção do setor do turismo contra a ameaça terrorista. E quero reiterar esta ideia central: a ameaça terrorista exige uma capacidade acrescida e um esforço suplementar de todas as Forças e Serviços de Segurança no seu combate. Mas há também um contributo relevante ao nível securitário – que cada um de vós pode dar – para garantir que Portugal continue a ser um destino turístico de eleição.

Muito obrigado!!!